

RESUMO

Considerando a perspectiva de fortalecimento das iniciativas de turismo de base comunitária no Brasil, sobretudo a partir de sua articulação em rede, torna-se necessário refletir sobre os efeitos dessa forma de organização do turismo à luz dos compromissos assumidos no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Este artigo visa analisar e problematizar a inserção dessas iniciativas no desenvolvimento do turismo em parques nacionais. A pesquisa é de cunho exploratório, realizada a partir de análise de referencial bibliográfico e de dados secundários, com ênfase em documentos de políticas públicas nas áreas de conservação da natureza e turismo. A análise indica que a oferta de serviços, na perspectiva do turismo de base comunitária, ainda é incipiente nos parques nacionais, sobretudo no que diz respeito à utilização de diferentes arranjos para a sua formalização. Nesse sentido, destaca-se o potencial das iniciativas de turismo de base comunitária em contribuir para o alcance de um dos principais objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza relacionado à promoção do desenvolvimento, em bases sustentáveis.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária. Parque nacional. Parcerias. Concessões.

ABSTRACT

Considering the strengthening perspective of community-based tourism initiatives in Brazil, especially after their establishment as a network, it is necessary to reflect on the effects of this form of tourism organization considering the Convention on Biological Diversity and Sustainable Development Goals. This article aims to analyze and discuss the inclusion of these initiatives in tourism development in national parks. The research is exploratory, based on a survey and analysis of bibliographic references and secondary data, with emphasis on policy documents in the fields of nature conservancy and tourism. The results indicate that the provision of tourism services regarding community-based initiatives is still incipient in national parks, especially considering the use of different arrangements for the regularization of these services. Therefore, this work stresses the potential of community-based tourism initiatives to contribute to achieve one of the main objectives of the National System of Protected Areas, i.e., to promote development on a sustainable basis.

Keywords: Community based tourism. National park. Partnerships. Concessions.

RESUMEN

Teniendo en cuenta la perspectiva de fortalecimiento de las iniciativas de turismo comunitario en Brasil, sobre todo desde una articulación en red, es necesario pensar sobre el efectos de esta forma de organización de turismo a partir de los compromisos de la Convención de la Diversidad Biológica y del Objetivos de Desarrollo Sostenible. Este texto tiene como objetivo analizar y discutir la inclusión de estas iniciativas en el desarrollo del turismo en los parques nacionales. La investigación es exploratoria, a partir del análisis de referencias bibliográficas y datos secundarios, con énfasis en los documentos de política en materia de conservación de la naturaleza y el turismo. Los resultados indican que la prestación de servicios turísticos, en vista del modelo de turismo comunitario, es aún incipiente en los parques nacionales, especialmente en relación con el uso de diferentes formatos para su formalización. En este sentido, se destaca el potencial de las iniciativas de turismo comunitario para contribuir a la consecución de uno de los principales objetivos del Sistema Nacional de Areas Protegidas relacionado a promover el desarrollo sobre una base sostenible.

Palabras clave: Turismo comunitario. Parque Nacional. Parcerias. Concesiones.

INTRODUÇÃO

O protagonismo das populações locais no desenvolvimento do turismo, o fortalecimento da organização cultural, a distribuição equitativa dos benefícios socioeconômicos associados ao turismo são alguns pressupostos do Turismo de Base Comunitária. As iniciativas de turismo de base comunitária têm se expandido e consolidado por meio da formação de redes, do estabelecimento de arranjos institucionais e do apoio de políticas públicas em todo o mundo e, também, no Brasil (BURSZTYN; SANSOLO, 2010; MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2014).

Em pesquisa que buscou compreender o cenário do TBC no Brasil, Bursztyn e Sansolo (2010) analisaram as características e especificidades de algumas iniciativas. Entre os aspectos analisados¹, os autores apontam que 54% dos projetos apoiados são realizados no interior ou no entorno de Unidades de Conservação, o que revela a necessidade de se compreender melhor como as iniciativas de turismo de base comunitária se desenvolvem nessas áreas, bem como que tipo de arranjos institucionais são estabelecidos para tal.

As Unidades de Conservação (UC), instituídas pela Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), constituem uma das mais importantes estratégias de proteção da biodiversidade, além de cumprirem inúmeras funções, por exemplo, espaços potenciais para recreação, lazer e turismo em contato com a natureza (LEUZINGER, 2010). Entre as 12 diferentes categorias de manejo, o parque nacional constitui um campo interessante para estudos e pesquisas sobre os arranjos institucionais entre a gestão pública e as iniciativas de turismo de base comunitária. Isso porque a categoria parque nacional, diferentemente das demais, tem como fundamento de origem, além da finalidade de proteção da biodiversidade e da beleza cênica da paisagem, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação e turismo em contato com a natureza.

De acordo com o ICMBio, até junho de 2016 existiam 72 parques nacionais no País, sendo que, destes, apenas 33 estão oficialmente abertos à visitação (ICMBIO, 2016), o que ilustra as oportunidades de visitação que ainda podem ser desenvolvidas.

Nos últimos dez anos, o poder público federal iniciou uma série de ações com o intuito de melhorar a qualidade da experiência turística nos parques nacionais e, assim, promover a visitação nessas áreas (RODRIGUES, 2009). Porém, nas ações de incentivo a investimentos em serviços e aumento da visitação nos parques nacionais, o poder público federal, por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente responsável por executar a política nacional de Unidades de Conservação, ainda não apresentou um programa que busque fortalecer a inserção de micro e pequenos empreendimentos, que prestam serviços turísticos em escala de investimentos e demanda inferiores, se comparados aos atuais empreendimentos instalados nos parques nacionais com visitação expressiva, como os Parques Nacionais de Iguaçu e da Tijuca.

O atual modelo de parcerias que vem sendo incentivado pelos órgãos gestores de áreas protegidas tem privilegiado os arranjos associados a investimentos de larga escala e contratos de longo prazo, como as concessões de uso privativo de bem público e, mais recentemente, no caso das parcerias público-privadas,

¹ Os aspectos analisados foram: foco dos projetos; localização geográfica; relação com áreas protegidas e comunidades tradicionais; origem da operação turística; tipos de propriedade e formas de gestão dos empreendimentos; atividades de planejamento participativo (BURSZTYN; SANSOLO, 2010).

por meio da Lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Essas iniciativas são comumente defendidas pelos órgãos gestores e, também, pela iniciativa privada, como oportunidades para a geração de emprego e renda para as comunidades locais. Contudo, é necessário qualificar a inserção de mão de obra local em termos da melhoria de qualidade de vida e da possibilidade de fortalecimento de iniciativas protagonizadas pelas comunidades locais ou mesmo em associação com empreendedores externos, desde que “situados” ao contexto socioeconômico local (ZAOUAL, 2008).

Diante da oportunidade de articulação das iniciativas em rede para o fortalecimento do turismo de base comunitária e, verificando que uma considerável parcela dessas iniciativas estão situadas no interior ou entorno de unidades de conservação, especialmente parques nacionais, questiona-se: qual é o cenário para o estabelecimento de parcerias entre o poder público e iniciativas de base comunitárias para o desenvolvimento do turismo? Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo problematizar a inserção das iniciativas de turismo de base comunitária na prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais, com ênfase nos efeitos socioeconômicos associados ao desenvolvimento do turismo nessas áreas. Este trabalho contempla os resultados preliminares de pesquisas científicas em desenvolvimento pelas autoras e reflexões a partir de observações e análises sobre as políticas públicas de turismo em parques nacionais.

O trabalho está dividido em três partes, além desta introdução: primeiramente discute-se a relação entre áreas protegidas e turismo, buscando compreender as principais questões que permeiam as políticas públicas relacionadas à promoção da visitação em parques nacionais; posteriormente, é apresentado um quadro da situação atual da prestação de serviços nos parques nacionais para subsidiar uma análise crítica sobre as possibilidades de inserção das populações locais; e, por fim, será apresentada uma discussão sobre as premissas do turismo de base comunitária, evidenciando a sua importância no desenvolvimento do turismo em parques nacionais.

Espera-se que este trabalho possa incitar o debate sobre o tema e, também, contribuir com reflexões iniciais para a criação de estratégias para a inserção e para o fortalecimento das iniciativas que promovam os empreendimentos de turismo de base comunitária em parques nacionais.

Apontamentos sobre o desenvolvimento do turismo nos Parques Nacionais

A criação e o estabelecimento de áreas protegidas constituem uma das mais antigas estratégias da sociedade moderna para a proteção de fragmentos da biodiversidade, adotada como modelo em todo o mundo, em decorrência da busca por soluções para a crise civilizatória (QUINTAS, 2008; LEUZINGER, 2010). A partir da década de 1970, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu diversas conferências e acordos internacionais para que os países-membros assumissem compromissos com a redução da pobreza e das desigualdades sociais em associação para a conservação da biodiversidade.

Entre os diversos acordos, a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) é um marco internacional relevante, pois nesse documento, assinado no âmbito da Rio-92, foi estabelecido que os países signatários deveriam desenvolver sistemas de proteção e uso sustentável da biodiversidade, considerando os interesses das populações envolvidas. A partir de então, há um movimento internacional para a expansão das áreas protegidas em todo o mundo a fim de atender aos compromissos dessa Convenção.

Na perspectiva de atender a essa demanda, em 2010, foram lançadas as Metas de Aichi para a Biodiversidade, propostas no âmbito do processo de elaboração do Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020

da ONU. Nesse documento, os países signatários da Convenção da Diversidade Biológica se comprometeram a atingir, até 2020, vinte metas com o fim de interromper o processo de degradação e de promover o uso sustentável do patrimônio natural em âmbito mundial (MMA, 2015). Segundo dados da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), apesar da ampliação do número e extensão de áreas protegidas nos últimos anos, o quadro ainda é insuficiente para o atendimento das metas estabelecidas. Esses dados revelam que, se a criação de áreas protegidas tem sido a principal estratégia global de proteção da natureza, existe, ainda, um grande desafio em relação à sua administração e implementação, considerando a complexidade inerente à gestão de conflitos, especificidades regionais, e diversos interesses dos interlocutores envolvidos nesse processo. Isso indica que é fundamental que as políticas públicas sejam direcionadas para a gestão social da biodiversidade, “uma vez que não se pode negligenciar a relação entre natureza e cultura (...)” (IRVING *et al.*, 2013, p. 29-30).

Para Irving *et al.* (2013), as diretrizes da CDB, ao orientarem sobre a necessidade de se promover a distribuição justa e equitativa de benefícios provenientes do uso dos recursos naturais, reconhecem, em âmbito mundial, “o valor econômico, ecológico, genético, social, científico, educacional, cultural, recreativo e estético da natureza” (2013, p. 25).

Também como fruto dos acordos e das demandas pós Rio+20, iniciou-se um debate internacional entre os Estados-membros das Nações Unidas a respeito da construção de objetivos e metas comuns, ampliando a experiência dos “Objetivos do Milênio” para os “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” (ODS), instituídos em setembro de 2015. Foram definidos 17 objetivos, entre os quais destacamos no contexto deste artigo: erradicação da pobreza; emprego digno e crescimento econômico; consumo e produção responsáveis. Esses objetivos foram apresentados na “Agenda 2030”, que corresponde a um conjunto de programas, ações e diretrizes que orientarão os países-membros rumo à sustentabilidade (PNUD, 2016).

Mas apesar dos esforços dos acordos internacionais e nacionais em promover a conservação e utilização sustentável da biodiversidade, os resultados ainda são tímidos diante dos dados sobre aumento da destruição dos recursos naturais e do processo de aquecimento global, bem como dos dados referentes às desigualdades no processo de distribuição e acesso aos recursos para a maioria da população (QUINTAS, 2008). Diante desse quadro, torna-se necessário buscar novas propostas capazes de fomentar a distribuição, de forma justa e igualitária, dos benefícios decorrentes de processos econômicos em associação à proteção da natureza. Nesse cenário, as atividades relacionadas ao turismo têm sido consideradas um caminho possível.

Segundo Hvenegaard, Halpenny e McCool (2012), o turismo pode contribuir em diversas direções: as visitas a áreas protegidas podem colaborar para que a sociedade perceba a importância da biodiversidade, e os impactos no meio físico-natural podem ser controlados dentro dos limites ecológicos; além disso, o turismo pode promover a distribuição justa e equitativa dos benefícios econômicos advindos da comercialização de serviços e de produtos da biodiversidade. Snyman (2012), ao examinar o caso de seis parques no continente africano, reforça esses argumentos ao afirmar que o turismo em áreas protegidas constitui uma alternativa viável para o uso sustentável do território, contribuindo para a redução da pobreza e estimulando o desenvolvimento socioeconômico, a partir da geração de emprego, tendo a educação um papel central nesse processo.

Mas que tipo de experiências, atividades e usos turísticos são mais apropriados para serem implementados nas áreas protegidas? E que fundamentos teóricos podem embasar as estratégias de planejamento e gestão a fim de garantir a proteção da biodiversidade e a distribuição equitativa dos benefícios advindos

do desenvolvimento do turismo? Em uma leitura crítica desse cenário, é preciso reconhecer que, ainda que o turismo em áreas protegidas potencialize os benefícios sociais, econômicos e culturais, na perspectiva do mercado, essa atividade constitui um processo de produção e consumo da natureza que se reproduz segundo a lógica capitalista, e que tende a reforçar assimetrias na estrutura social e gerando impactos no meio físico-natural (BOTELHO; MACIEL, 2014). Sendo assim, no processo de composição e estabelecimento de ações que visam ao desenvolvimento do turismo em áreas protegidas, a inserção dos diversos atores sociais envolvidos é fundamental, no sentido de garantir o acesso e o uso indireto dos recursos naturais de forma justa e equitativa.

As áreas protegidas com fins de proteção da biodiversidade estão presentes em todo o mundo e há um exponencial crescimento do interesse pela visitação e uso público (HVENEGAARD; HALPENNY; MCCOOL, 2012). A categoria de manejo mais numerosa são os parques nacionais, modelo criado e instituído sob as bases legais e teóricas. O primeiro Parque Nacional criado no mundo foi o *Yellowstone National Park*, em 1872, nos Estados Unidos da América. Já na segunda metade do século XIX, Canadá, Nova Zelândia, África do Sul e Austrália instituíram parques, seguidos pelos países da América do Sul: Argentina (1903), Chile (1926) e, posteriormente, o Brasil (BOTELHO, 2009). O modelo “parque nacional” tem como objetivo preservar espaços com atributos ecológicos importantes, sendo incentivada a apreciação da riqueza natural e estética da paisagem, não sendo permitida a residência de pessoas em seu interior (KINKER, 2002; DIEGUES, 2004).

No Brasil, a criação de parques nacionais iniciou-se em 1937, com a instituição do Parque Nacional de Itatiaia. Diegues (2004) salienta que o processo de criação de áreas protegidas, até a década de 1990, ocorreu “de cima para baixo”, frequentemente sem consulta às populações locais, com imposição a estas de restrições com relação ao uso dos recursos naturais, atingindo, mais diretamente, as populações que vivem no interior ou entorno dessas áreas.

Os conflitos gerados a partir desse modelo de parques têm motivado a mudança de diretriz nas políticas públicas de proteção da natureza, que tem se aproximado de uma proposta mais dialógica com as populações do entorno, a partir de uma perspectiva de integração regional do processo de desenvolvimento socioeconômico (KINKER, 2002; RODRIGUES, 2009). Isso se deve, sobretudo, à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), cujos objetivos destaca-se, no contexto deste trabalho: promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; e favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação e o turismo em contato com a natureza.

O Snuc é formado pelo conjunto de unidades de conservação, administradas pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), e composto por 12 categorias de manejo, divididas em dois grupos (Proteção Integral e Uso Sustentável). As unidades de conservação brasileiras têm, assim, objetivos e formas de proteção e de uso variados, o que permitem a proteção de amostras significativas da biodiversidade e o uso controlado dos recursos naturais. No âmbito do Snuc, os parques nacionais, foco das reflexões deste artigo, constituem unidades de conservação do grupo de proteção integral, e tem por objetivo principal a proteção da biodiversidade, associado a atividades de lazer, turismo e interpretação ambiental, além de atividades de educação e pesquisa.

Em âmbito federal, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) administra 72 parques nacionais, que receberam, em 2015, aproximadamente, 7 milhões de pessoas. (ICMBIO, 2016). Esse cenário representa uma oportunidade que ainda pode ser mais bem aproveitada para o uso público, com rebatimento também na economia local por meio da oferta de serviços de apoio ao turismo.

Para que os parques nacionais cumpram com os objetivos de visitação, é necessário o estabelecimento de infraestrutura e serviços específicos para atender à demanda de visitantes. Esses investimentos podem ser fornecidos diretamente pelo Estado, ou indiretamente, quando este delega a entes privados o uso e exploração do espaço público, por meio de diferentes instrumentos jurídicos (RODRIGUES; GODOY; 2013).

A partir da década de 1990, inicia-se, no âmbito das políticas públicas de proteção da natureza, uma mudança nessa perspectiva de gestão, em que a visitação em parques nacionais passa a ser incentivada, e são implementados diversos equipamentos, infraestrutura e serviços por meio da delegação a terceiros (RODRIGUES, 2009). Em 2000, a Lei do Snuc estabelece a base legal que ampara a delegação de bens e serviços em Unidades de Conservação a terceiros e determina que a exploração comercial de produtos ou serviços obtidos a partir dos recursos naturais, cênicos ou culturais, destinados às atividades de visitação, depende de prévia autorização e está sujeita a pagamento (BRASIL, 2000).

A exploração de bens e serviços por terceiros justifica-se também pela constatação de que a administração pública enfrenta problemas estruturais em relação à sua atividade-fim (manejo e proteção da biodiversidade) e encontra desafios ainda maiores para a gestão de atividades-meio, como a visitação. As atividades vinculadas à visitação passam a ser entendidas, pelo Estado, como fontes potenciais para arrecadação de recursos financeiros, capazes de apoiar a manutenção dos parques nacionais, associado a uma atividade com baixo impacto natural (ROCKSTAECHEL, 2006; RODRIGUES, 2009). Assim, por meio de instrumentos jurídicos adequados, é possível que os parques nacionais tenham melhores condições estruturais de visitação, e possam oferecer uma variedade de serviços aos visitantes, de acordo com a peculiaridade de cada parque nacional, tais como: serviços de hospedagem, como abrigos e camping; serviços de alimentação, como restaurantes e lanchonetes; serviços de transporte e acesso, tais como transporte turístico; passeios diversos; condução de visitantes, entre outros. Cumpre destacar que o recorte deste artigo evidencia os serviços prestados no interior dos parques nacionais, porém, com o entendimento de que essa dinâmica exerce efeitos multiplicadores no entorno dessas áreas.

Nesse contexto, o fortalecimento dos arranjos que consolidem micro e pequenos empreendimentos liderados por iniciativas locais, na perspectiva do turismo de base comunitária, é um campo fértil para o debate sobre uma nova forma de organização na prestação de serviços turísticos em parques nacionais e em suas respectivas áreas de influência.

A prestação de serviços de apoio ao turismo em parques nacionais: problematizando a inserção das iniciativas de base comunitária

A parceria entre as instituições pública e privada para a prestação de serviços de apoio à visitação pode ser formalizada por diferentes instrumentos: concessão, permissão, autorização, parcerias público-privadas, termo de parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). A escolha do modelo a ser adotado em cada parque depende de inúmeros aspectos, entre os quais, destacam-se: envergadura econômica do serviço e/ou empreendimento, necessidade de investimentos em infraestrutura, número total de usuários, originalidade do tipo de serviço na área e oferta do serviço em escala regional (RODRIGUES; GODOY, 2013). Além desses aspectos, a participação das iniciativas locais em cada um dos formatos possíveis requer um planejamento inicial, por parte das instituições responsáveis pela gestão das áreas protegidas, que considere o contexto socioeconômico, o perfil das iniciativas, as potencialidades e os desafios da oferta local. Esses aspectos são relevantes no processo de delegação dos serviços, pois podem promover a inserção qualificada e autônoma das iniciativas locais.

Com o objetivo de compreender a situação atual das parcerias nos parques nacionais, foi realizado um levantamento na Coordenação-Geral de Uso Público e Negócios/ICMBio dos serviços formalizados por meio dos instrumentos de concessão, permissão e autorização. Os Quadros 1, 2 e 3 apresentam os serviços formalmente autorizados e registrados na coordenação.

Quadro 1 – Serviços de apoio ao turismo na modalidade Concessão

Parque	Serviço	Número de contratos
1. Iguaçu (PR)	Lojas, lanchonetes, restaurantes, estacionamento, cobrança e controle de ingresso, passeio de barco, transporte interno, centro de visitantes, voo panorâmico, rapel, canoagem, ciclismo.	- Cataratas do Iguaçu S/A - Helisul Táxi Aéreo - Escalada Canyon Iguaçu - Macuco Ecoaventura Turismo - Ilha do Sol Agência de Viagem e Turismo Total: 05 pessoas jurídicas.
2. Tijuca (RJ)	Transporte interno (rodoviário e ferroviário), estacionamento, cobrança e controle de ingresso, lanchonete, centro de visitantes, loja, café.	- Consórcio Paineiras-Corcovado - Consórcio Esfeco-Cataratas do Iguaçu S/A Total: 02 pessoas jurídicas.
3. Fernando de Noronha (PE)	Cobrança e controle de ingresso, manutenção de trilhas e dos postos de informação.	- Econoronha/Cataratas do Iguaçu S/A Total: 01 pessoa jurídica.
4. Serra dos Órgãos (RJ)	Cobrança e controle de ingresso, estacionamento, camping, abrigo de montanha.	- Hope Recursos Humanos Ltda. Total: 01 pessoa jurídica.

Fonte: Elaboração própria. Adaptado de Coordenação-Geral de Uso Público e Negócios/ICMBio – 2015

Quadro 2 – Serviços de apoio ao turismo na modalidade Permissão

Parque	Serviço	Número de contratos
1. Brasília (DF)	Lanchonete	Total: 01 pessoa jurídica

Fonte: Elaboração própria. Adaptado de Coordenação-Geral de Uso Público e Negócios/ICMBio – 2015

Quadro 3 – Serviços de apoio ao turismo na modalidade Autorização

Parque	Serviço	Número de contratos
1. Lençóis Maranhenses (MA)	Condução de visitantes	250
	Passeio em 4x4	200
2. Serra dos Órgãos (RJ)	Condução de visitantes	31
3. Marinho Fernando de Noronha (PE)	Condução de visitantes	205
	Mergulho	3
	Foto e filmagem subaquática	4

Parque	Serviço	Número de contratos
4. Restinga de Jurubatiba (RJ)	Condução de visitantes	40
	Passeio de barco	2
	Passeio em 4x4	3
5. Abrolhos (BA)	Visitação embarcada, mergulho livre e mergulho autônomo	Processo de autorização em andamento
6. Chapada dos Veadeiros (GO)	Condução de visitantes	50
7. Itatiaia (RJ/MG)	Condução de visitantes	29
8. Serra da Canastra (MG)	Condução de visitantes a pé em trilhas e transporte de visitantes	Processo inicial de cadastramento
9. Ubajara (CE)	Condução de visitantes	Processo inicial de cadastramento de 14 condutores
10. Chapada dos Guimarães (MT)	Condução de visitantes	84
11. Ilha Grande (MS, PR)	Atividades náuticas de lazer.	1 empreendimento autorizado
12. Chapada dos Veadeiros	Canionismo	1

Fonte: Elaboração própria. Adaptado de Coordenação-Geral de Uso Público e Negócios/ICMBio – 2016

A partir dos dados apresentados nos quadros acima é possível verificar que as concessões para empresas estão presentes em parques nacionais com fluxo de visitação² e atratividade relevante no contexto nacional e internacional (especialmente Tijuca e Iguaçu). Os parques nacionais localizados em regiões menos populosas apresentam um maior número de autorização de serviços, em sua maioria para condutores de visitantes. Esse é um exemplo típico da “janela de oportunidade” vinculada ao turismo que tem motivado o aumento do número de associações e de cooperativas de condutores de visitantes e de prestadores de serviços de pequeno porte, como o caso dos passeios de veículos 4x4 no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Assim, em vez de usar diretamente os recursos naturais do parque, a população local é estimulada pelos gestores dos parques nacionais a buscar alternativas de uso indireto da área, como a prestação de serviços de apoio à visitação.

Os efeitos econômicos positivos da visitação são argumentos utilizados pelas instituições responsáveis pela criação dos parques nacionais que tentam “compensar” a perda por parte das populações locais relacionada às atividades tradicionais praticadas no local. Contudo, a geração de emprego e de renda como forma de assegurar a melhoria da qualidade de vida das populações locais deve ser relativizada, principalmente em situações como a destacada por Kramer (2002) no caso dos albergues de caça da África do Sul:

O lado positivo é que a condição lucrativa do empreendimento leva à criação de postos de trabalho bem pagos e duradouros, que beneficiam moradores locais. Por outro lado, os residentes da área estão mais frequentemente resignados a ser empregados de reservas privadas do que a abrir seus próprios negócios. Mesmo quando os proprietários são nativos do país, eles frequentemente pertencem a uma minoria comparativamente rica e branca (KRAMER, 2002, p. 377).

Outro exemplo que reforça a atuação “instrumental” dos locais no desenvolvimento do turismo é o caso descrito por Terborgh e Peres (2002) no Parque Nacional Canaima, na Venezuela. O turismo se

² Os parques nacionais que compõem o ranking dos 10 mais visitados são: Tijuca (3.113.913); Iguaçu (1.550.607); Jericoacoara (400.400); Brasília (229.119); Serra dos Órgãos (217.764); Chapada dos Guimarães (135.090); Itatiaia (117.974); São Joaquim (87.650); Serra da Bocaina (84.666) (ICMBio, 2015).

tornou a principal atividade da população indígena local, os Pemon. Os homens trabalham na “indústria de turismo” e as mulheres produzem artesanato para os turistas. A caça e a agricultura deixaram de ser as suas principais atividades: “os concessionários logo descobriram que os integrantes da tribo local eram trabalhadores bons e confiáveis e estavam prontos a aceitar empregos como pilotos de barcos, cozinheiros, guias e mecânicos (...). Efetivamente, eles agem como concessionários” (TERBORGH; PERES, 2002, p. 342).

O modelo de desenvolvimento do turismo que vem sendo replicado em muitos destinos deixa transparecer uma relação de dependência das populações locais ante os empreendedores externos. Nesses casos, a população local compõe a maior parte da mão de obra dos empreendimentos, mas recebe uma quantia desproporcional dos rendimentos advindos do turismo. Uma pesquisa realizada com 20 concessões na região do Delta de Okavango, na África, constatou que os cidadãos de Botswana representam 90,6% da mão de obra desses empreendimentos, mas captam apenas 58,3% dos rendimentos alcançados. As mulheres estariam em “dupla desvantagem”, pois apesar de representarem mais de 50% da mão de obra das concessões, captam apenas 42,2% dos rendimentos (THOMPSON *et al.*, 2014).

Em alguns países do sul da África, os interessados em participar de uma concessão são frequentemente demandados a apresentar um plano de emprego e habilidades para as populações locais. Na Namíbia e na África do Sul, por exemplo, os interessados nas concessões devem descrever o número, as posições (postos de trabalho e ocupação) e as condições-chave para cada serviço envolvido (incluindo os níveis de remuneração) da equipe que será contratada localmente (THOMPSON *et al.*, 2014).

Nesse contexto, o fortalecimento dos arranjos que consolidem micro e pequenos negócios liderados por iniciativas locais é um campo fértil para o debate sobre o modelo de desenvolvimento do turismo que se deseja nos parques nacionais e em suas respectivas áreas de influência.

Algumas iniciativas relacionadas ao turismo de base comunitária, cooperativismo e autogestão, apontam caminhos alternativos para fortalecer as capacidades locais no que tange à autonomia, qualificação e formalização dos empreendimentos de base local.

Santos e Rodríguez (2002) chamam atenção para a viabilidade e o potencial de inúmeras alternativas econômicas formuladas e praticadas em todo o mundo com base em aspectos como igualdade, solidariedade e proteção ao meio ambiente. Essas alternativas são analisadas pelos autores a partir de uma perspectiva denominada por eles de “hermenêutica das emergências”, que interpreta de maneira abrangente a forma como organizações, movimentos e comunidades aderem a alternativas econômicas baseadas em princípios não capitalistas (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p. 26).

A competitividade, característica marcante do capitalismo, surge nesse contexto como uma estratégia de coesão grupal para reforçar as redes locais. Assim, como explica Gorz (2004), é possível empreender iniciativas que surjam dentro do sistema capitalista, mas que facilitem e deem credibilidade a formas de organização econômica e de sociabilidade não capitalistas.

Convém salientar a “hermenêutica das emergências” (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p. 26), que potencializa o desenvolvimento local nas áreas de influência dos parques nacionais, com base em iniciativas de autogestão, cooperativismo e organizações de base comunitária. Esses modelos ou formas de gerir a economia, baseados em aspectos como igualdade, solidariedade e proteção ao meio ambiente, propiciam uma combinação que pode favorecer a conservação do parque nacional e o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis.

Turismo de base comunitária em parques nacionais

O turismo de base comunitária tem sido considerado, no âmbito das políticas públicas, como uma estratégia para a redução da pobreza e para promover impactos sociais e ambientais positivos, com diferentes experiências em diversos países e, também, no Brasil (MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2014; BURZSTYN; SANSOLO; BARTHOLO, 2008). Essa diversidade de experiências reflete, invariavelmente, na interpretação dos casos estudados e nos conceitos traduzidos por pesquisadores (BURSZTYN; SANSOLO, 2010), sobretudo com relação ao sentido atribuído às categorias “comunidade”, “experiência” e “segmentação de mercado”.

Em estudo sobre as abordagens teóricas sobre “turismo de base comunitária” internacionais e brasileiras, Rezende (2012) afirma que as variadas interpretações deixam transparecer o posicionamento político-ideológico dos autores. O turismo de base comunitária pode ser interpretado a partir de diferentes abordagens: a concepção de turismo responsável e código de ética; turismo de base “*pro poor*”; o protagonismo e a participação social das comunidades receptoras; o sentido de pertencimento, a identidade e o intercâmbio cultural; a abordagem empresarial; e, também, a interpretação do turismo de base comunitária como alternativa de organização social do turismo, em contraponto ao turismo caracterizado como “convencional”. No presente artigo, duas abordagens centrais serão adotadas, uma vez que estas se complementam: a abordagem antropológica-filosófica de Zaoual (2008) e de Bartholo (2009), que fundamentam o entendimento sobre turismo de base comunitária; e a compreensão sobre os serviços turísticos de base comunitária descritos por Mtapuri e Giampiccoli (2014) e Bursztyn (2012).

Para Zaoual (2008), o mercado internacional de viagens tende a privilegiar o “turismo de massa”, por meio da oferta de serviços turísticos homogeneizados, visando ao lucro imediato. Nessa concepção de serviços turísticos, as relações entre visitantes e visitados são permeadas por interesses econômicos e vazias de sentido simbólico. Mas, segundo o autor, esse modelo encontra-se saturado e, atualmente, os turistas desejam estabelecer relações autênticas e ter experiências diversas, estando disponíveis para trocas culturais com os sujeitos do sítio visitado. Isso ocorre, pois, para ele, a sociedade contemporânea vivencia um momento de transição em relação aos valores e ao sentido dado às necessidades, refletindo, invariavelmente, nas atividades turísticas. Sendo assim, é preciso que as concepções que delineiam os serviços (e demais relações mercadológicas) busquem inovações nas iniciativas turísticas, a fim de valorizar a diversidade das práticas econômicas dos sujeitos situados.

É nesse sentido que Zaoual (2008) desenvolve a “Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento”, entendendo o *sítio* como local onde ocorrem trocas simbólicas diversas (de crenças, de conhecimentos, de comportamentos e de práticas sociais) que irão determinar o processo de desenvolvimento econômico. Essa teoria fornece o embasamento teórico para o conceito de “turismo situado” (ZAOUAL, 2008) e, também, fundamenta o entendimento de TBC defendido neste trabalho. Segundo Zaoual (2008), na perspectiva do turismo de base comunitária, visitantes e visitados estão mais disponíveis para dialogar e compartilhar os aspectos culturais e estabelecer interlocuções com o sítio simbólico de pertencimento.

Nessa mesma leitura, Bartholo (2009, p. 45) afirma que, segundo o pensamento heideggeriano, o lugar “*encaminha ao encontro face a face no vigor da proximidade*” (grifo do autor), ou seja, a ideia de encontro tem a ver com o sentido de lugar, que não é metricamente calculado pelo espaço-tempo; é um acontecimento face a face, que *não é passível de planejamento e controle* (grifo nosso). Assim, o “turismo situado de base comunitária” se diferencia do “turismo convencional” por possibilitar uma relação entre visitante-

-visitado permeada pelo diálogo e pelo encontro com a alteridade: “a característica fundamental do turismo de base comunitária é a nítida preponderância dos padrões relacionais interpessoais nos serviços turísticos ali implementados” (BARTHOLO, 2009, p. 51).

Entende-se que, para que os serviços turísticos possam fomentar as relações interpessoais entre visitantes e visitados, é preciso superar o modelo de viagens em que as relações sociais são programadas previamente. Para tanto, é fundamental que turistas e anfitriões sejam críticos com relação às imposições de modelos de serviços “pré-fabricados” que o mercado convencional do turismo exerce no processo de organização e consumo dos serviços. É preciso resgatar o sentido das viagens turísticas, que é o diálogo por meio do encontro com a alteridade.

Nessa perspectiva de planejamento do turismo, em geral, os anfitriões (que são, necessariamente, moradores do local visitado) decidem os serviços que serão oferecidos e são os responsáveis pelo processo de organização e operação, sendo os autores do projeto desde sua concepção até a implementação. Conforme ressalta Bursztyn (2012, p. 71), “a participação social das populações locais em todas as etapas do processo de desenvolvimento turístico se configura como essencial para o sucesso dessas iniciativas”. Conforme destaca o autor, o nível de protagonismo social indica a capacidade do projeto de turismo de base comunitária de atingir seus objetivos e de influenciar em processos de decisão sobre o planejamento e o desenvolvimento local.

Bartholo, Cipolla e Bursztyn (2009) afirmam que os serviços de turismo de base comunitária são desenhados e planejados pelos anfitriões que, de maneira informal³ e colaborativa, e com utilização de recursos próprios e locais, definem os detalhes dos serviços. Nesse processo, os visitantes são convidados a participar de algumas atividades que compõem o cotidiano do anfitrião, de modo que a relação estabelecida com o visitante tende a ser “não anônima”, ou seja, uma “interação face a face”, baseada na troca de conhecimentos, saberes e experiências. Devido ao fato de o planejamento dos serviços terem esse caráter, o resultado tende a proporcionar relações mais espontâneas, personalizadas e, conseqüentemente, mais intensivas entre visitantes e visitados, que é o que define o conceito de “serviço relacional” (CIPOLLA, 2009).

É provável que a explicação para a diversidade de abordagens conceituais e possibilidades de organização das iniciativas de turismo de base comunitária esteja no caráter “não planejável”, não homogeneizante e na espontaneidade das relações sociais proporcionadas pelos serviços. Mesmo considerando essa perspectiva de análise, a caracterização do turismo de base comunitária pode contribuir para a interpretação das formas de organização das iniciativas e projetos nessa perspectiva.

Segundo Mtapuri e Giampiccoli (2014), há uma grande diversidade de formas de organização das iniciativas e de prestação do serviço, podendo variar com relação: ao modo de administração e estruturação (propriedade e gestão do empreendimento); origem (externa à comunidade; ou local no interior da comunidade; ou local, mas fora da comunidade); instituições envolvidas (poder público, empresas privadas, organizações não governamentais, iniciativas comunitárias); apoio e abordagens do desenvolvimento da iniciativa (se “de cima para baixo”, ou se “de baixo para cima”); existência de parcerias e de que tipo (formal ou informalmente estabelecida; envolvendo parceiros internos ou externos); tipo de empreendimento (formal ou informal, segundo a legislação); mercado abrangido (turismo doméstico ou internacional); escala do empreendimento (micro e pequena, ou em expansão) (MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2014). Com

3 Quer dizer, sem utilização de técnicas e conhecimentos produzidos a partir da educação formal.

base no exposto, é possível afirmar que existem muitas possibilidades de desenhos de organização das iniciativas de turismo de base comunitária e há uma relevante heterogeneidade dos serviços.

Essas características tendem a constituir um reflexo dos modos de organização social e cultural das comunidades receptoras, sendo, também, elemento fundamental que diferencia os serviços de “base comunitária” do chamado “turismo de massa” ou “turismo convencional”. Além do aspecto relacionado à diversidade cultural e do protagonismo no processo de organização social e prestação de serviços de base comunitária, cabe destacar o caráter econômico dessas iniciativas.

Bursztyn (2012) salienta que, apesar da carência de pesquisas e dados a respeito dos benefícios econômicos gerados pela atividade de turismo de base comunitária, a relação estreita entre os modos de organização das iniciativas e os princípios da economia solidária⁴ evidencia o protagonismo das comunidades no processo de desenvolvimento do turismo e as melhorias na qualidade de vida. Isso porque, segundo Bursztyn, (2012, p. 76), “os empreendimentos turísticos, embora voltados para o mercado, buscam constituir uma economia turística de base associativa e igualitária, na qual a população envolvida é sujeito ativo da produção dos serviços e bens ofertados aos visitantes”. Cabe destacar que o “sucesso” das iniciativas de turismo de base comunitária não pode ser medido pelas receitas geradas, mas, sim, pelo efeito multiplicador que pode exercer em economias locais que possuem outras atividades econômicas, sendo o turismo uma forma complementar de renda. Isso é fundamental quando analisamos a inserção dessas iniciativas como prestadores de serviços em parques nacionais, tendo em vista a necessidade de equilibrar a geração de receitas e a proteção dos recursos naturais.

Diante dos conceitos e características do turismo de base comunitária apresentados neste trabalho, entende-se que os princípios que orientam essas iniciativas podem colaborar para o desenvolvimento do turismo nos parques nacionais: seja pela característica do intercâmbio cultural e possibilidade de troca entre visitantes e anfitriões; seja pela integração da geração de receitas para as comunidades locais e da proteção dos recursos naturais dessas áreas protegidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fortalecimento das iniciativas de turismo de base comunitária em parques nacionais é um tema relevante no contexto atual das políticas públicas, sobretudo em virtude dos compromissos assumidos na Convenção da Diversidade Biológica e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Nesse contexto, o artigo buscou elucidar algumas questões que permeiam o processo de prestação de serviços de apoio ao turismo em parques nacionais, com ênfase nas perspectivas de inserção das iniciativas de base comunitária.

Com base no que foi discutido no trabalho, entende-se que existe um potencial significativo para a inserção das iniciativas de turismo de base comunitária em parques nacionais, pois estas buscam compa-

⁴ De acordo com a definição do Ministério do Trabalho e Emprego, Economia Solidária é um jeito “diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Enquanto na economia convencional existe a separação entre os donos do negócio e os empregados, na economia solidária os próprios trabalhadores também são donos. São eles quem tomam as decisões de como tocar o negócio, dividir o trabalho e repartir os resultados”. Existem cinco princípios básicos da Economia Solidária: cooperação; autogestão; ação econômica; solidariedade (MPE, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/1QK6rlj>>. Acesso em: 10 out. 2015).

tibilizar a inserção socioeconômica com a proteção dos recursos naturais e a valorização do patrimônio cultural. Contudo, apesar desse potencial, verificou-se que a prestação de serviços de apoio ao turismo nessas áreas, com base nos princípios e características do turismo de base comunitária, ainda é incipiente, sobretudo no que diz respeito à utilização de diferentes arranjos para a formalização dos serviços.

Alguns desafios para fortalecer as iniciativas de base comunitária merecem atenção no planejamento do desenvolvimento do turismo nos parques nacionais: necessidade de qualificação profissional, dificuldade de formalização dos empreendimentos e ausência de recursos financeiros para investimento e para manutenção da oferta básica de serviços.

Nesse sentido, cumpre destacar a importância de projetos de formação e treinamento de gestores de Unidades de Conservação e de lideranças locais para que esses grupos se familiarizem com o processo de formalização dos serviços de apoio ao turismo em parques nacionais e possam acompanhar e monitorar os efeitos ambientais e socioeconômicos dessas iniciativas.

Outro ponto que merece destaque é o estabelecimento de diretrizes e arranjos institucionais para garantir a inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais. A participação pode se dar de várias formas: individualmente, por meio de uma autorização; em consórcio com outras iniciativas de base comunitária; em parceria com empresas, entre outras.

Por fim, considera-se oportuno destacar o potencial das iniciativas de turismo de base comunitária em contribuir para o alcance de um dos principais objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação relacionado à promoção do desenvolvimento, em bases sustentáveis, nas unidades de conservação e respectivas áreas de influência.

REFERÊNCIAS

BARTHOLO, R. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. RJ: Letra e Imagem, 2009.

BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; CIPOLLA, C. Practice of service design for tourism initiative: the quality of interpersonal relationships as a design requirement. *Touchpoint – The Journal of Service Design*, v. 1, p. 94-98, 2009.

BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. RJ: Letra e Imagem, 2009.

BOTELHO, E. S. Conflitos na gestão de parques: o caso do Conselho do Parque Estadual dos Três Picos (RJ). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Eicos), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

BOTELHO, E. S.; MACIEL, G. G. (2014). A reprodução capitalista do espaço por meio da terceirização de serviços: desvelando as implicações para o lazer dos visitantes das paineiras (Parque Nacional da Tijuca – RJ). Anais do XI Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. 24 a 26 de setembro de 2014 – UECE.

BRASIL. Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000. Disponível em: <<http://bit.ly/1Wl14Di>>. Acesso em: 30 mai. 2015.

BURSZTYN, I. Desatando um nó na rede: sobre um projeto de facilitação do comércio direto do turismo de base comunitária na Amazônia. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, COPPE, UFRJ, Rio de Janeiro: 2012. Orientador: Roberto Bartholo dos Santos Júnior.

BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. G. Cenário para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no Brasil. Anais do IV Congresso Latino Americano de Investigacion turistica. CD-ROM, Montevideo (Uruguay), 2010.

CIPOLLA, C. Relational services and conviviality. In: Satu Miettinen (Org.). Designing Services with Innovative Methods. Helsinki: TAIK Publications/University of Art and Design Helsinki, 2009, p. 232-243.

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. 4. ed. São Paulo: Hucitec, Nupaub/Universidade de São Paulo, 2004.

GORZ, A. As misérias do presente, riqueza do possível. SP: Annablume, 2004.

HVENEGAARD, G. T.; HALPENNY, E. A.; MCCOOL, S. F. Editorial: protected area tourism and the Aichi Targets. In: Parks, v. 18:2, 2012.

ICMBIO. Unidades abertas à visitação (2016). Disponível em: <www.icmbio.gov.br>. Acesso em: jun. 2016.

_____. Coordenação-Geral de Uso Público e Negócios. Serviços de apoio à visitação e suas modalidades. 2015.

IRVING, M. A. et al. Parques Nacionais do Rio de Janeiro: paradoxos, contexto e desafios para a gestão social da biodiversidade. In: IRVING, M. A.; CORREA, F. V.; ZARATINNI, A. (Org.). Parques Nacionais do Rio de Janeiro: desafios para uma gestão social da biodiversidade. Rio de Janeiro: Folio Digital, Letra e Imagem, 2013.

KINKER, S. Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais. SP: Papirus, 2002.

KRAMER, R. et al. O papel do setor privado no estabelecimento e manejo de áreas protegidas. In: THEBORGH, J. et al. (Org.). Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Editora UFPR/Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

LEUZINGER, M. Congresso Brasileiro do Magistério Superior de Direito Ambiental. Uso público em unidades de conservação. Anais... Rio de Janeiro: PUC-Rio. 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/1Skypf>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

MTAPURI, O.; GIAMPICCOLI, A. Towards a comprehensive model of community based tourism development. South African Geographical Journal. 2014.

PNUD. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ods.aspx>>. Acesso em: abr. 2016.

QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. LOUREIRO, C. F.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO R. S. (Org.). Repensar a educação ambiental: um olhar crítico, Cortez: São Paulo. 2009.

- REZENDE, R. O. Abordagens teóricas sobre turismo comunitário. In: CORIOLANO, L. N. (Org.). Turismo, território e conflitos imobiliários. Fortaleza: Eduece, 2012.
- ROCKTAESCHEL, B. M. M. M. Terceirização em Áreas Protegidas – estímulo ao ecoturismo no Brasil. São Paulo: Editora Senac, 2006.
- RODRIGUES, A. B. Percalços do planejamento Turístico. In: RODRIGUES, A. B. Turismo e Geografia. São Paulo: Ed. Hucitec, 2001. p. 164-194.
- RODRIGUES, C. G. O.; GODOY, L. R. C. Atuação pública e privada na gestão de unidades de conservação: aspectos socioeconômicos da prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 28, p. 75-88, jul-dez, 2013. Editora UFPR.
- RODRIGUES, C. G. de O. O uso do público nos parques nacionais: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade. Tese de Doutorado apresentada ao CDS/UnB. Orientador: José Augusto Drummond. Brasília, 2009.
- SANTOS, B. S.; RODRIGUEZ, C. Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. S. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SECRETARIAT OF THE CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY (2015). Tourism supporting Biodiversity – A Manual on applying the CBD Guidelines on Biodiversity and Tourism Development. Montreal, 56 p.
- SNYMAN, S. The impact of land management systems on community attitudes towards tourism and conservation in six South African countries. In: Parks, v. 18:2, 2012.
- THEBORGH, J.; PERES, C. V. Por que o mundo necessita de parques? In: THEBORGH, J. et al. (Org.). Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Editora UFPR/Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.
- THOMPSON, A; MASSYN, P. J; PASTORELLI, J. 2014. Tourism Concessions in Protected Natural Areas: guidelines for managers. United Nations Development Programme.
- ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? Caderno Virtual de Turismo, v. 8, n. 2. 2008.